

# RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA BAHIA

Manoel Costa Fonseca Júnior<sup>1</sup>  
Luiz Fernando Quintanilha<sup>2</sup>

## RESUMO

O nível educacional de uma população é o resultado de décadas de investimento em educação. Apesar da relação entre educação e desenvolvimento econômico não ser linear, existem múltiplas evidências que sugerem que a educação é um dos principais pilares da economia. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi relacionar a oferta educacional no ensino fundamental e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado da Bahia. Para isto, foi realizado um recorte das 20 cidades baianas com maiores e menores índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) e avaliada a oferta de vagas dos estabelecimentos de ensino de acordo com a categoria administrativa (público x privado) e resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Observou-se considerável grau de participação do setor privado nas localidades com IDH-M mais acentuados, contrastando com a presença mínima ou ausência deste setor nos municípios menos desenvolvidos. Ao associarmos a qualidade do ensino pautado pelos resultados do ENEM, outra vez a disparidade é acentuada. Novamente é visto que as cidades apontadas pelo IDH-M como mais desenvolvidas são aquelas que detém, segundo o parâmetro utilizado, os melhores estabelecimentos de educação básica. A conclusão deste estudo permite inferir um cenário onde a curva da desigualdade social tende a aumentar na medida em que o setor público, garantidor constitucional deste direito à população, não conseguir implementar ações que promovam progresso substancial na qualidade da educação básica. Como propostas para o alcance deste objetivo podemos destacar o investimento na capacitação dos profissionais (professores, gestores), estrutura física dos estabelecimentos, entre outros.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento socioeconômico, Educação básica, Ensino, Público, Privado.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico possui como característica oferecer condições ao ser humano para que ele possa viver em um ambiente socialmente favorável de liberdade nas suas decisões de vida para construção econômica de sua manutenção em sociedade. Luciano Gallino o conceitua “como sendo parte de um processo de ampliação das escolhas das pessoas

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Desenvolvimento Regional e urbano da universidade Salvador – BA, jlcontabil.manoel@hotmail.com;

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador, BA; Professor do curso de Medicina do Centro Universitário FTC, BA; Estudante de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PR, quintanilha.lf@gmail.com.

para que obtenham capacidades e oportunidades de ser o que desejam ser” (GALLINO, 2005). Normalmente, o desenvolvimento socioeconômico é mensurado por diversos indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB); renda *per capita*; Índice de Gini; níveis de desemprego e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O tempo de estudo e a qualidade do ensino ofertado nos anos iniciais do aprendizado tornam-se essencial para construção de uma sociedade desenvolvida que ofereça melhores condições de bem-estar a sua população. Segundo o Professor James Heckman (2017), “Países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados, maiores taxas de gravidez na adolescência, e de evasão no ensino médio e níveis menores de produtividade do mercado de trabalho, o que é fatal”. Além disso, ainda destaca que a falta de investimento nos anos iniciais da escola produz um custo mais elevado no alcance de resultados satisfatórios nas idades mais avançadas da educação e com menor eficiência.

No Brasil, a educação básica pode ser ofertada pelo setor público e privado e é regulada pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). No entanto, a forma com que o setor público e o privado performam se apresenta desigual. Como exemplo, na análise do desempenho das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é expressiva a superioridade dos estabelecimentos privados em relação aos públicos. Tal cenário é comprovado pelos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), conforme ENEM de 2016, onde das cem escolas com as melhores notas obtidas, apenas três eram públicas, todas federais. Paradoxalmente, o ensino gratuito do Brasil neste mesmo ano, era constituído por mais de 4/5 de toda rede educacional, conforme dados do censo escolar 2016 (INEP, 2022).

Ainda neste âmbito e refletindo sobre a associação da educação básica e desenvolvimento socioeconômico, uma vertente importante é a inserção da Economia do Desenvolvimento dentro de um contexto regional, que através de investimentos na educação básica e ações de políticas públicas e privadas, possam agregar valores e promover o aumento nas capacidades das pessoas e comunidades, fomentando as propriedades locais aos potenciais da região, com atuação que permita condições para os sujeitos da população beneficiada, agir como agentes sustentáveis na construção das próprias melhorias da qualidade e do bem-estar social (MOREIRA; CRESPO, 2012, p.44).

Novamente, em um contexto regional, o estado da Bahia, tais como outros representantes das regiões norte e nordeste, se destacam negativamente nos cenários socioeconômico e educacional, em exemplo é o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019 que colocou a Bahia na última colocação entre os estados



brasileiros ao lado do Amapá e Rio Grande do Norte. Neste sentido, o objetivo principal desta pesquisa é relacionar aspectos socioeconômicos e educacionais nos municípios baianos, com especial enfoque às diferenças entre as participações dos estabelecimentos educacionais públicos e privados.

## **METODOLOGIA**

O IDH, é um indicador publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que integra a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil há o IDH-M que é elaborado seguindo os mesmos padrões do IDH global através de dados coletados pelo processo censitário que disponibilizam informações de forma municipalizada, e com base no último processo de coleta em 2010 foram utilizados estes dados para a pesquisa servindo de referência para delimitação da análise.

A metodologia desta pesquisa aborda aspectos quantitativos e exploratórios, onde além do IDH-M foram utilizados coleta de microdados da Educação Básica, INEP 2010, filtrado somente os estabelecimentos de ensino fundamental dos municípios baianos, e o tipo administrativo das instituições entre o privado e o público, neste segundo, estão inclusos os estabelecimentos federais, estaduais e municipais.

Foi aplicando na mesma plataforma do Excel a correlação entre IDH-M e o grau de participação dos estabelecimentos privados, sendo também com a mesma ferramenta atribuído o coeficiente de *Person* da relação entre estas duas variáveis a fim de determinar a intensidade para esta associação.

Conforme distribuição entre as escolas privadas e públicas nos municípios da Bahia, foram também associados os resultados obtidos pelo ENEM 2013, que apesar de avaliar o desempenho dos alunos no ensino médio, apresentam números relacionados aos concluintes do ensino fundamental de três anos anteriores. Visto esta análise como reflexo da qualidade do ensino, espelhada nas etapas seguintes da educação.

O estudo, através do método quantitativo, analisou entre os municípios baianos mais e menos desenvolvidos a participação da instituição privada e pública no ensino e os resultados em desempenho desta educação. Desta forma foi possível mensurar a presença do ensino privado, sendo estes resultados comparados entre as regiões de melhor desenvolvimento e com resultados mais elevados na avaliação da qualidade de ensino.

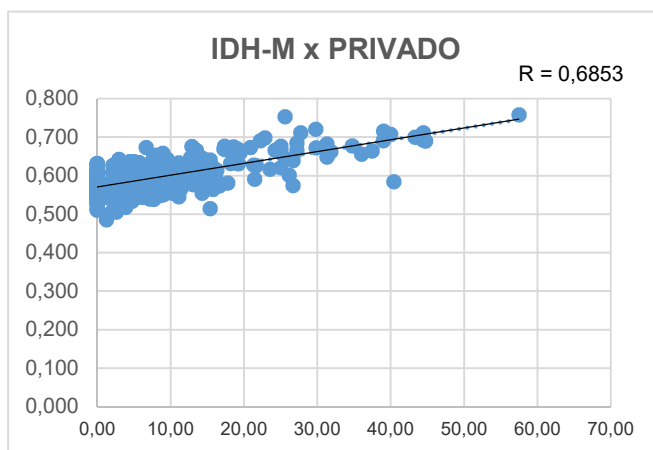
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O IDH-M na Bahia em 2010 apresentou uma média de 0,594, e a discussão sobre o tema desenvolvimento envolve neste estudo um cenário comparativo dos polos nesta lista municipal com base no índice referenciado. A média brasileira do mesmo período foi de 0,724, resultado próximo que foi apresentado pelas vinte cidades mais bem posicionadas, enquanto as vinte menos desenvolvidas alcançaram 0,5223, valor classificado pela ONU como índice muito baixo, atingido por países subdesenvolvidos e África subsaariana

Para o estudo da relação proposta no presente trabalho, inicialmente foram relacionados os estabelecimentos com oferta de ensino fundamental dos 417 municípios baianos, em grau de participação das escolas privadas, ao resultado do IDH-M de 2010 conforme censo do IBGE.

No teste da relação, é disposto o gráfico de correlação linear destas duas variáveis, verificado uma associação de tendência destes dados, onde o quantitativo de instituições privadas se evidencia com o aumento do IDH-M. Apesar do coeficiente de *Person* obtido do total da amostra indicar 0,6853 (Gráfico 1), em mesma análise calculada com os cem mais e menos desenvolvidos no ranking do IDH-M foram apontados uma relação mais forte para os melhores colocados de 0,7516 enquanto os cem últimos municípios apresentaram um grau de associação de 0,1421.

**Gráfico 1: Diagrama de dispersão entre o IDH-M e o grau de participação dos estabelecimentos privados do ensino fundamental**



Fonte: IBGE/IDH-M; INEP, 2010.

Através da mensuração na amostra dos cem municípios mais e menos desenvolvidos, a relação da presença dos estabelecimentos privados se apresenta com maior intensidade entre os primeiros e perde sua relação com aqueles que são atribuídos IDH-M como menores, revelando

uma tendência de atração destes estabelecimentos para localidades consideradas pelo índice de desenvolvimento, as que possuem melhores condições de vida para o cidadão.

Com a intenção de acentuar os resultados, é observado nos polos pelo critério ao ranking do IDH-M entre as vinte cidades mais e menos colocadas, verificou-se uma razão desproporcional entre os estabelecimentos de educação privados e públicos. Evidenciou-se uma participação da rede privada muito superior (média 37,33%) nos municípios mais bem colocados, contra uma participação bem menor (média 4,90%) nos municípios menos desenvolvidos.

**Tabela 1: razão de participação público vs privadas entre os quarenta municípios baianos mais (e menos) bem colocados no ranking do IDH-M**

Escolas do ensino fundamental (2010)				Escolas do ensino fundamental (2010)			
Município	Público	Privada	% Privadas	Município	Público	Privada	% Privadas
Salvador	384	245	38,95	Várzea da Roça	4	0	0,0
Lauro de Freitas	5	7	58,33	Maetinga	1	0	0,0
Barreiras	21	4	16,00	Biritinga	4	1	20,00
Luís Eduardo Magalhães	7	4	36,36	Coronel João Sá	2	0	0,0
Feira de Santana	43	38	46,91	Araci	13	2	13,33
Itabuna	34	11	24,44	Pirai do Norte	1	0	0,0
Madre de Deus	1	1	50,00	Sítio do Quinto	5	0	0,0
Santo Antônio de Jesus	8	8	50,00	Tremendal	4	0	0,0
Cruz das Almas	5	6	54,55	Sátiro Dias	5	0	0,0
Camaçari	25	5	16,67	Mirante	2	0	0,0
Candeias	10	5	33,33	Nova Itarana	1	0	0,0
Irecê	5	5	50,00	Macajuba	-	-	-
Ilhéus	14	8	36,36	Lamarão	-	-	-
Teixeira de Freitas	20	7	25,93	Umburanas	4	1	20,00
Alagoinhas	6	9	60,00	Pedro Alexandre	3	0	0,0
Viória da Conquista	35	26	42,62	Ribeira do Amparo	3	0	0,0
Juazeiro	34	7	17,07	Ibiquera	1	0	0,0
Eunápolis	20	4	16,67	Monte Santo	15	0	0,0
Catu	10	6	37,50	Pilão Arcado	15	0	0,0
Dias D'Ávila	3	5	62,50	Itapicuru	14	1	6,67
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	690	411	<b>37,33</b>	<b>TOTAL/MÉDIA</b>	97	5	<b>4,90</b>

Fonte: INEP, 2010.

De acordo com o INEP, em 2010 foram registradas 235.907 vagas em matrículas do ensino fundamental administrados por instituições privadas da Bahia, que correspondia a 9,64% do total das matrículas entre os municípios baianos, onde somadas as vagas ofertadas através da administração pública envolvendo os entes federal, estadual e municipal, totalizaram 2.446.487 matrículas neste ano.



Quando se distribui esta oferta entre os estabelecimentos e comparados aos municípios com melhor e pior índice de desenvolvimento, é possível verificar uma maior presença do ente privado nas cidades mais bem colocadas no ranking do IDH-M. Desta forma, é verificado que localidades dispostas de melhor qualidade de vida envolvendo renda e saúde, tornam-se polos de atração a investimentos educacionais privados. Enquanto as cidades com menos expressão aos números de desenvolvimentos restam exclusivamente a oferta do ensino público a população por meio de sua garantia constitucional, com destaque aos três últimos municípios apresentados na lista (Monte Santo, Pilão Arcado e Itapicuru), que somados contavam com 44 estabelecimentos de ensino público contra apenas 1 privado, localizado em Itapicuru-BA.

Desta forma, sabe-se que, o protagonismo é delegado ao Estado de atuar como agente regulador e na adoção do poder de tutela perante a administração social na promoção do desenvolvimento local dos municípios classificados como menos desenvolvidos. Émile Durkheim (1999) ressalta que a convivência em sociedades complexas envolve uma diversidade de interesses e conflitos, onde a política assume posição de atuar para integração da sociedade. Neste aspecto, na elaboração e aplicação de ações para suprimir as carências sociais, no âmbito educacional, além de garantir a oferta a população, prestando um serviço com qualidade que permita ao indivíduo condições de atuação no mercado de trabalho e uma formação consciente para se tornar um ser participativo e colaborativo no ambiente que convive.

O Dr. Valdir Roque Dallabrida (2010) aborda a diferença entre o desenvolvimento regional e o local, onde regionalmente, sua evolução está definida com base em atores com características que possam estar associadas, enquanto na forma local, emprega-se um único representante deste processo de análise, contudo, para o desenvolvimento regional, os componentes locais são essenciais para seu resultado.

Neste contexto, a educação atua como elemento fomentador ao desenvolvimento local reproduzindo efeitos regionais a partir do momento que os indivíduos dotados de conhecimento passam a beneficiar além da sua qualidade de vida, também em atenção ao ambiente que se encontra (SOUZA; FREIESLEBEN, 2018, p.169).

Porém focar exclusivamente em índice de analfabetismo e garantia de vagas na escola não são suficientes para a educação agir como ferramenta de melhoria social. A qualidade do ensino no nível fundamental é fator essencial neste processo que envolve principalmente entre outros aspectos: infraestrutura adequada, qualificação dos educadores, e políticas de controle a evasão escolar.

A distribuição desigual em nível da educação vem a perpetuar condições existentes aos números de desenvolvimento e acentuar ainda mais a disparidade social entre municípios constituídos a condições socialmente apresentadas.

Portanto, a educação dentro do sistema capitalista cumpre o quesito de preparar o indivíduo para o mercado profissional produtivo, e através das melhorias na qualidade deste ensino ainda na fase inicial do aprendizado com o advento da inovação e tecnologia é possível alimentar o desenvolvimento local promovendo o crescimento regional em áreas carentes em qualidade social, reduzindo a curva da desigualdade (GUZZO; EUZÉBIOS F., 2005, p.40).

Diante disso, o impacto que a atração das regiões mais desenvolvidas economicamente ao ensino privado, o qual apresenta melhores condições e estruturas, pode vir a acentuar a curva da desigualdade junto as localidades que não despertam o interesse a este investimento.

Para além do aspecto quantitativo (número de estabelecimentos), deve-se também mensurar a qualidade da educação ofertada por eles. Uma análise disponível para mensurar a qualidade no ensino nacional é o ENEM, aplicado a alunos do ensino médio, mas que pode refletir a eficiência do trabalho de ensino aplicado em todo o ensino básico. Seus resultados evidenciam a disparidade existente entre as performances das escolas públicas e privadas. Nota-se um escore significativamente superior das escolas privadas em relação às públicas nos municípios de maior IDH-M (591,49 vs 490,79, respectivamente), ao mesmo tempo em que, entre os municípios com piores índices de desenvolvimento humano, as escolas privadas sequer aparecem na análise (Tabela 2).

**Tabela 2. Desempenho no ENEM das escolas públicas e privadas entre os vinte municípios baianos mais (e menos) bem colocados no ranking do IDH-M**

MUNICÍPIO	ESCOLAS PÚBLICAS	MÉDIA NOTA ENEM	ESCOLAS PRIVADAS	MÉDIA NOTA ENEM
<b>As 10 mais colocadas no IDH-M</b>				
<i>Salvador</i>	61,05%	484,43	38,95%	581,02
<i>Lauro de Freitas</i>	41,67%	485,36	58,33%	601,66
<i>Barreiras</i>	66,67%	489,10	33,33%	602,14
<i>Luis Eduardo Magalhães</i>	63,64%	508,70	36,36%	588,59
<i>Feira de Santana</i>	53,07%	482,51	46,91%	605,78
<i>Itabuna</i>	75,56%	495,72	24,44%	579,79
<i>Madre de Deus</i>	100,00%	479,05	-	-
<i>Santo Antônio de Jesus</i>	42,85%	491,20	57,15%	596,15
<i>Cruz das Almas</i>	55,55%	480,91	44,45%	578,08
<i>Camaçari</i>	87,50%	507,95	12,50%	586,51
<b>TOTAL/MEDIA</b>		<b>490,49</b>		<b>591,49</b>
<b>TOTAL REDE DE ENSINO</b>		<b>540,79</b>		
<b>As 10 menos colocadas no IDH-M</b>				
<i>Nova Itarana</i>	100,00%	435,06	0,00%	-
<i>Macajuba</i>	100,00%	458,06	0,00%	-
<i>Lamarão</i>	-	-	-	-
<i>Umburanas</i>	100,00%	384,77	0,00%	-
<i>Pedro Alexandre</i>	-	-	-	-
<i>Ribeira do Amparo</i>	100,00%	481,59	0,00%	-



<i>Ibiquera</i>	-	-	-	-
<i>Monte Santo</i>	100,00%	495,46	0,00%	-
<i>Pilão Arcado</i>	100,00%	365,04	0,00%	-
<i>Itapicuru</i>	100,00%	487,84	0,00%	-
TOTAL/MÉDIA		<b>443,97</b>		-
TOTAL REDE DE ENSINO			<b>443,97</b>	

Fonte: ENEM 2013.

Para verificar a qualidade do ensino, entendendo seu reflexo no avanço do desenvolvimento, reduzimos o filtro de municípios pesquisados em vinte, onde foram divididos em dois grupos com maiores e menores índices no IDH-M. Com base nesta tabela foi incluído avaliação do ENEM no mesmo período e verificado consideravelmente a diferença de desempenho entre as cidades analisadas, no qual as dez primeiras apresentam nesta avaliação uma média superior em 21,80% ao ser comparado com as dez últimas colocadas.

Este resultado pode estar associado pela presença dos estabelecimentos privados em maior grau nestes municípios que também demonstram números com melhores desempenhos, obtendo nota de 591,49 entre os mais ranqueados. Contudo, a aplicação deste exame é realizada aos estudantes concluintes do ensino médio sendo visível a plena ausência de escolas privadas nesta etapa nas cidades menos colocadas.

Mesmo isolando apenas a rede pública é comprovado a superioridade em notas dos alunos nas localidades consideradas mais desenvolvidas, atingindo 490,49 pontos contra 443,97 na média ponderada entre os vinte analisados.

No Brasil, o ENEM anualmente, tem a principal atribuição ao programa de seleção a candidatos para o egresso ao ensino superior. Seus números também são estudados como referência ao desempenho do ensino entre as instituições do ensino médio conforme a submissão dos alunos. Este processo produz dados e informações em nível da educação nacional. Desta forma são disponibilizados pelo INEP dados que podem ser estudados e analisados conforme distribuição regional e por estabelecimentos de ensino.

Além deste parâmetro de avaliação a qualidade do ensino, é obtido através do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que permite avaliar a qualidade da educação ofertada aos estudantes, entretanto a opção neste trabalho aos resultados do ENEM tem o objetivo de visualizar o desempenho da educação fundamental em seus efeitos na etapa final do ensino básico. Sendo que nesta faixa de alunos concluintes do ensino médio, partindo deste momento, passam a contribuir diretamente com o desenvolvimento social.

Portanto, estes resultados mensuram a qualidade educacional numa fase intermediária do indivíduo, primeiro por trazer os efeitos da educação fundamental e segundo por medir em



grau o nível de preparação para inserção ao mercado de trabalho e avanço para próximas etapas do ensino.

Desta forma, entender estes números, permite visualizar o perfil do indivíduo com base em sua formação, frente aos impactos que ele possa gerar em sua sociedade influenciando no desenvolvimento local e regional.

Nunes (2011) reforça a disparidade nas condições de ensino ofertada a população em que a educação “de excelência” está disponível para a parcela da sociedade mais favorecida economicamente, enquanto para grande maioria é disposta um ensino de “baixa qualidade”. E de acordo com Freitas (2012), nesta parcela social muitos são os problemas gerados por esta diferença inferior ao nível de ensino, uma delas são crianças que estudam o 6º ano do ensino fundamental e que executam com precariedade a leitura e escrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano busca viver no ambiente de qualidade que lhe conceda condições sociais de cuidar e aproveitar sua família, envolvendo garantias fundamentais, como saúde, segurança, acessibilidade, igualdade e educação. Neste âmbito, o Estado assume a obrigação, dentro do nosso sistema democrático de direito, de fornecer as condições estabelecidas constitucionalmente. Estas garantias por vezes, apesar de ofertadas, não são concedidas de maneira digna e equânime à população.

No presente estudo, é evidenciada uma distribuição desigual das escolas públicas e privadas entre os municípios baianos. Aqueles com maior índice de desenvolvimento humano apresentam uma participação consideravelmente maior de estabelecimentos privados, os quais são, em geral, melhores quando a qualidade é mensurada através de avaliações externas como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio.

Além deste quadro na diferença da disposição em qualidade do ensino é observada também a atração dos estabelecimentos privados, dotados de melhores condições no processo educacional, para os municípios que apresentam os maiores índices de desenvolvimento humano registrados pelo IDH-M, enquanto as cidades com menores resultados deste indicador ficam restritas as condições de ensino ofertadas pelo setor público no qual demonstram resultados qualitativos abaixo do ideal.

Para além desta disparidade, assume um destaque, a importância do ensino básico na construção do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que, a atenção empregada nesta



etapa inicial do aprendizado, produz consequências muito positivas para sociedade com a formação de indivíduos contribuintes na promoção do bem-estar coletivo.

Quando não há investimentos na educação primária, o sucesso com o desempenho das condições sociais empregadas pelo Estado tende a ser mais árdua, tanto na esfera administrativa quanto na financeira.

Contudo a preocupação no olhar mais acentuado as fases iniciais do ensino, por produzirem um impacto social mais robusto quanto ao conceito de cidadãos mais conscientes de um ambiente pautado em condições de vida pessoal e social.

Ao contrário deste pensamento, um meio imperativo do pensamento capital que o povo assume o papel de trabalho e consumo, deixa de lado a necessidade qualitativa do modo de viver do ser humano sem oferecer oportunidade coletiva para que seus indivíduos possam construir seu futuro.

Este cenário pode impactar negativamente na perpetuação e acentuação das já abissais desigualdades no país e, portanto, deve ser cautelosamente trabalhado pelos atores responsáveis pelo desenvolvimento brasileiro. As estratégias e políticas devem ser direcionadas, especialmente, ao equacionamento das diferenças de qualidade com objetivos audaciosos de desenvolvimento para dirimir os atrasos históricos e grosseiros que o Brasil possui em relação às nações mais desenvolvidas do mundo. Os bons exemplos internacionais e nacionais devem servir de guia, do contrário o futuro do desenvolvimento brasileiro está seriamente comprometido.

## REFERÊNCIAS

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: **EDUNISC**, 2010.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 2.ed. São Paulo: **M. Fontes**, 1999.

FREITAS, E. A Qualidade da Educação Brasileira. **Portal Brasil Escola**. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/a-qualidade-educacao-brasileira.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

GALLINO, Luciano, *apud* NINO, Mozart. Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável: Da Transferência de Renda às Ações e Iniciativas Geradoras de Renda e Riqueza. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics**, vol. 4, n. 2, p. 353-376, 2016.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos sobre Educação**, Ibitité, v. 4, n.



2, p. 39-48, dez. 2005 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 ago. 2022.

HECKMAN, J. Entrevista no **portal Revista Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/james-heckman-nobel-desafios-primeira-infancia/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: **Inep**, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30 mai.2022.

MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**. v.38, n.2, p. 25-50, UFPR. mai/ago, 2012.

NUNES, M.F.R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: **UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa**, 2011.

SOUZA, F. E.; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**. Curitiba. v.21, n.2, p.163-178. jul/dez. 2018.